

**HABEAS CORPUS Nº 492.584 - MG (2019/0037788-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : WISLEY JUNIOR NUNES ROSA**  
**ADVOGADO : WISLEY JUNIOR NUNES ROSA - MG154460**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : MARIO LUCIO VIEIRA DA FONSECA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIO LUCIO VIEIRA DA FONSECA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0116.17.002249-9/001.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 12 anos e 4 dias de reclusão, em regime fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, e art. 311, todos do Código Penal.

Em segunda instância, o Tribunal de origem deu provimento à apelação defensiva para cassar a decisão primeva, determinando que o paciente seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso desde 28-6-2017, tendo sido cassada a sentença com a determinação de novo Júri, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Realça as condições pessoais favoráveis ao paciente, que possuiria família e residência fixa, "*sendo que mesmo havendo em sua FAC alguns antecedentes criminais, mas ainda não foram provados a sua culpa, e em relação a sua CAC foi absolvido, sendo condenado em um crime de roubo que cumpriu toda a sua pena de forma correta e com disciplina, visto que não há ligação do Paciente com qualquer organização criminosa*" (e-STJ fl. 11) predicaos que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade, aplicando as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra

manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fl. 22):

[...]

*Nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade, pois sua prisão ainda se faz necessária para a garantia da ordem pública, por ser ele reincidente (fls. 118/119) e amplamente conhecido pela prática de crimes na cidade de Boa Esperança/MG. Ademais, não há se falar em excesso de prazo, forte na Súmula nº 21 do Superior Tribunal de Justiça (“Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução”).*

*Finalmente, concedo ao acusado o benefício da justiça gratuita, porquanto alegou, através de seu advogado, não ter condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator